



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

ANALISTA JURÍDICO

TIPO 3 – AMARELA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas e um parecer jurídico.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da instituição.

CARGO: ANALISTA JURÍDICO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A sopa

Subiu lentamente a escada, arrastando os pés. Estacou para respirar apenas uma vez, no meio dos trinta degraus: ainda era um homem. Entrou na cozinha e, sem olhar para a mulher, sem lavar as mãos, sentou-se à mesa. Ela encheu o prato de sopa, colocou-o diante do marido.

Olho vermelho de dorminhoco, o filho saiu do quarto e atravessou a cozinha. O homem batia as pálpebras, embevecido com os vapores capitosos.

– Aonde é que vai?

O filho abriu a torneira do banheiro:

– Fazer a barba.

– Hora da janta. Vem comer.

Demorava-se o rapaz, torneira fechada. Com a toalha no pescoço, não olhou o pai.

– Não quero jantar. Sem fome.

O homem suspendeu a colher:

– Não quer jantar, mas vem para a mesa.

Todas as noites, esfomeado. Enchia a colher, aspirava o caldo de feijão e, fazendo bico nos lábios; grossos, tragava-o com delícia. O filho desenhava com o garfo na toalha de flores estampadas. A mulher, essa, contemplava o fogo, mão no queixo.

– Vou dar uma volta.

O homem sugava ruidosamente e, a cada chupão, o filho revolia a ponta do garfo no coração das margaridas.

– Saiu agora do quarto, filho de barão! Mas eu... Quando me deitar de dia na cama! É para morrer!

A mão do filho abandonou o garfo e não se mexeu.

– Volta cedo, não é?

A voz cansada da mãe, ainda de costas para a mesa. Não sabia ela que, ao defendê-lo, perdia a causa do filho? O homem esvaziou o prato e, descansando a colher, examinou as mãos enrugadas.

– Estas mãos – sacudidas de ligeiro tremor – de um velho!

A mulher apanhou o prato, encheu-o até a beirada. O marido retorceu as pontas úmidas do bigode:

– Você não come?

O filho contornava com o garfo as pétalas na toalha.

– Não estou com vontade.

– Depois o senhor vai para o quarto.

Cheirava a colher e sorvia a sopa, estalando a língua. O filho ergueu-se da mesa.

– O senhor fica sentado. Não tem pão nesta casa?

A mulher trouxe o pão. Ele não o cortava: agarrava-o inteiro na mão e mordida várias vezes; em seguida partia-o em pedaços, alinhados diante do prato, atacando um por um, entre as colheradas.

– Volta cedo, não é, meu filho?

De novo a mãe, nunca aprenderia.

– Agora não vou mais. O pai dizia a última palavra:

– Uma vergonha! O chefe tem de jantar sozinho. O filho preguiçoso... até para comer. A mulher – com seus brados retiniam os talheres – tem o estômago delicado.

Não se mexeu, curvada sobre o fogão.

– Olhe para mim quando falo com a senhora!

Ela se virou, a enxugar as mãos na saia.

– Depois de velha, melindrosa. Não pode comer com o rei da casa, que lhe sustenta o filho e lhe dá o dinheiro?

– Sabe por que não sento.

Os dois a olharam com espanto, nunca discutiu as ordens do marido.

– Sei não, dona princesa. Pois me conte.

Ele pedia, a colher no ar:
– Perdeu a coragem, que não fala?
Outra vez a mulher deu-lhe as costas.
– Só nojo de você.
Ele começou a soprar, manchava de borrifos a toalha.
– O quê? O quê? Repita, mulher.
A dona abriu o fogão, espertou as brasas, encheu-o de lenha:
– Nada espero da vida. Mas não posso te ver comer. Sei que é triste para a mulher ter nojo do marido. Você chupa a colher se fosse tua última sopa. Come o pão como se eu fosse te roubar. Não sei o que fiz a Deus para esse castigo mais desgraçado. Fui boa mulher, ainda que tenha nojo. Lavo tua roupa, deito na tua cama, cozinho tua sopa. Faço isso até morrer. Me peça o que quiser. Não que me sente a essa mesa com você e tua sopa.
O filho abandonou a cozinha e desceu a escada. Os dois ouviram bater a porta da rua.
O marido encarou primeira vez a mulher. Baixou os olhos, cabelos de gordura boiavam no caldo frio. Erguendo um lado do prato, acabou o resto de sopa e lambeu a colher.

(TREVISAN, D. *Novelas Nada Exemplares*. Rio de Janeiro: Record, 2020. Adaptado)

Questão 01

Vários trechos do conto apresentam estruturas sintáticas que exigem estrita observância das normas de concordância verbal e nominal. Diante de possíveis propostas de reescrita ou de análises das construções originais do texto, assinale a alternativa que apresenta uma justificativa gramatical correta para as regras de concordância.

- A) A reescrita do período “[...] cabelos de gordura boiavam no caldo frio.” (47º§) sob a forma de sujeito coletivo, utilizando a estrutura “uma porção de cabelos de gordura”, tornaria obrigatória a flexão do verbo na terceira pessoa do plural.
- B) A substituição do substantivo singular no trecho “[...] ouviram bater a porta [...]” (46º§) por um termo correspondente no plural autoriza a manutenção do infinitivo em sua forma invariável, por tratar-se de estrutura oracional associada a verbo de percepção.
- C) A inclusão do pronome “se” junto ao verbo do trecho “[...] retiniam os talheres [...]” (30º§) exigiria a transposição automática do referido verbo para a terceira pessoa do singular, visto que o termo nominal passaria a exercer a função de objeto direto da oração instanciada no trecho.
- D) A substituição da palavra “mãos” pelo termo sinônimo “membros” no fragmento “Estas mãos – sacudidas de ligeiro tremor [...]” (18º§) preservaria o adjetivo “sacudidas” em sua forma original de feminino plural, dada a prevalência gramatical do gênero da personagem feminina que profere a frase.

Questão 02

A análise fonológica e ortográfica dos vocábulos empregados em um texto literário revela as peculiaridades estruturais da norma-padrão da Língua Portuguesa. A respeito de aspectos fonéticos, ortográficos e de acentuação de termos extraídos do conto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A estrutura silábica das palavras “delícia” e “esfomeado” – “Todas as noites, esfomeado [...] tragava-o com delícia.” (11º§) – revela identidade quanto à classificação de seus encontros vocálicos, visto que ambas encerram ditongos em suas sílabas finais.
- II. O adjetivo “capitosos”, em “vapores capitosos” (2º§), ilustra um caso de metafonía na língua portuguesa; ou seja, o processo no qual a vogal tônica originalmente fechada no singular (/ô/) sofre abertura de timbre (/ó/) quando flexionada no plural.
- III. O vocábulo “boiavam”, em “[...] cabelos de gordura boiavam no caldo frio.” (47º§), prescinde de acento gráfico em conformidade com as regras ortográficas vigentes, as quais determinaram a extinção do acento agudo nos ditongos abertos “ei” e “oi” das palavras paroxítonas.
- IV. Nos vocábulos “lentamente”, em “Subiu lentamente a escada, [...]” (1º§), e “cozinha”, em “Entrou na cozinha [...]” (1º§), verifica-se a ocorrência de dígrafos de naturezas distintas: na primeira palavra, há duas ocorrências de dígrafos vocálicos; na segunda, há um dígrafo consonantal.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 03

Ao longo do conto *“A sopa”*, de Dalton Trevisan, determinados elementos do cenário doméstico extrapolam a mera função descritiva e passam a atuar como índices das forças psicológicas que regem a cena. Considerando as interações do pai e do filho com a *“toalha de flores estampadas”*, constata-se que a inserção recorrente desse objeto cumpre a função macroestrutural de:

- A) Estruturar o ritmo da narrativa, servindo como cronômetro visual que marca a passagem do tempo ritualístico reservado às refeições noturnas.
- B) Representar o refúgio estético da figura materna, que busca, por meio do zelo doméstico, mitigar a aspereza imposta pelo ambiente de trabalho do esposo.
- C) Tensionar a rigidez da opressão familiar por meio do contraste entre a delicadeza do padrão estético do objeto e a agressividade recalcada das condutas individuais.
- D) Sinalizar a iminência de uma reconciliação familiar, visto que as margaridas estampadas atuam como metáfora da esperança partilhada secretamente pelos integrantes da mesa.

Questão 04

O desfecho do conto apresenta uma mudança sutil no comportamento do marido após o contundente desabafo da esposa. A análise do trecho final permite concluir que a ação de “erguer um lado do prato, acabar o resto de sopa e lamber a colher” (47º§) simboliza:

- A) O restabelecimento da harmonia doméstica por meio do retorno voluntário do marido à rotina alimentar habitual.
- B) A submissão psicológica do homem diante da autoridade moral assumida pela esposa após a revelação de seus sentimentos.
- C) A prevalência de sua conduta rudimentar e egocêntrica, que se sobrepõe ao breve momento de hesitação provocado pela mulher.
- D) O acolhimento tácito de sua culpa, manifestado por meio do consumo integral do alimento preparado pela esposa como ato de retratação.

Questão 05

No fragmento inicial do conto, o narrador descreve a subida do protagonista até a cozinha: *“Estacou para respirar apenas uma vez, no meio dos trinta degraus: ainda era um homem.”* (1º§). A partir da leitura do fragmento e da dinâmica familiar retratada, depreende-se do texto:

- A) O distanciamento familiar gerado por uma moléstia grave, cuja progressão justifica o silêncio tenso observado durante a refeição.
- B) O processo de decadência do personagem, cujos hábitos alimentares assumem um caráter marcadamente visceral ao longo do texto.
- C) O surgimento de um embate geracional definitivo, provocado pela transferência natural do protagonismo econômico para o jovem filho.
- D) A superação voluntária das limitações da senilidade, validada pela manutenção de sua soberania histórica nas decisões financeiras da casa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 06**

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a anuidade paga pelos profissionais aos seus respectivos Conselhos de Fiscalização:

- A) Não tem natureza jurídica de tributo e a inadimplência de pagamento pode ensejar a sanção de interdito profissional.
- B) Não tem natureza jurídica de tributo e a inadimplência de pagamento não pode ensejar a suspensão do exercício da atividade profissional.
- C) Tem natureza jurídica de contribuição de interesse das categorias profissionais e a inadimplência de pagamento pode ensejar a suspensão do exercício da atividade profissional.
- D) Tem natureza jurídica de contribuição de interesse das categorias profissionais e a inadimplência de pagamento não pode ensejar a suspensão do exercício da atividade profissional.

Questão 07

Determinada entidade de classe estabeleceu, por ato infralegal, o valor cobrado em razão do exercício do poder de polícia referente à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Paralelamente, uma lei federal instituiu a delegação da atribuição de fixar o valor em proporção razoável com os custos da atuação, e fixou, ainda, um valor máximo para essa cobrança. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):

- A) Essa delegação é possível, e a lei pode fixar o valor máximo de cobrança.
- B) Por se tratar de tributo, tal delegação tributária ao órgão de classe não é possível.
- C) Essa delegação é possível, e a lei não poderia ter fixado o valor máximo de cobrança.
- D) Essa delegação é possível, tendo em vista que não se trata de tributo em sentido estrito.

Questão 08

Considere que determinado órgão público de controle externo encaminhou expediente ao CRA-PR. Diante da situação, a consultoria jurídica do CRA-PR foi instada a emitir parecer acerca da sujeição da entidade ao controle. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e os entendimentos dos Tribunais Superiores, o CRA-PR:

- A) É órgão de natureza jurídica pública, e está sujeito ao Tribunal de Contas da União.
- B) É órgão de natureza jurídica pública, e está sujeito ao Tribunal de Contas do Estado.
- C) É órgão de natureza jurídica privada, e, portanto, não está sujeito ao controle de Tribunais de Contas.
- D) Embora tenha natureza jurídica de entidade privada, está sujeito ao controle dos Tribunais de Contas.

Questão 09

Considere, hipoteticamente, que o CRA-PR figura como réu em ação relacionada à anulação de multas. Paralelamente, o CFA figura como réu em ação judicial que questiona determinada resolução que versa sobre Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs). De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o entendimento das Cortes Superiores, assinale a afirmativa correta.

- A) O processamento e o julgamento das referidas ações são de competência da Justiça Federal.
- B) O processamento e o julgamento das referidas ações são de competência da Justiça Estadual.
- C) A natureza jurídica do CRA-PR é de autarquia estadual e a natureza do CFA é de autarquia federal.
- D) O processamento e o julgamento da ação em que figura o CRA-PR são de competência da Justiça Estadual e o da CFA, da Justiça Federal.

Questão 10

Uma entidade de classe verificou que determinado projeto de lei em trâmite em Casa Legislativa prejudicaria, sobremaneira, o exercício de atividade profissional submetida à sua fiscalização. A assessoria jurídica da referida entidade apurou potencialidade de ofensa a duas disposições constitucionais: a) relacionada ao processo legislativo; e b) relacionada a direitos pertinentes à ordem social e econômica. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que a entidade de classe:

- A) Poderá arguir, por mandado de segurança, a inconstitucionalidade do referido projeto de lei em relação a ambas as disposições.
- B) Poderá arguir, por mandado de segurança, a inconstitucionalidade em relação à primeira disposição, mas não em relação à segunda.
- C) Não tem legitimidade de arguir a inconstitucionalidade, tendo em vista que a legitimidade ativa é conferida a parlamentar para ofensa a ambas as disposições.
- D) Não tem legitimidade de arguir a inconstitucionalidade, tendo em vista que a legitimidade ativa é conferida a parlamentar e é cabível no caso de ofensa à primeira disposição.

Questão 11

Considere que o CRA-PR instou sua assessoria jurídica sobre sua legitimidade e a do CFA para se propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) Tanto o CRA-PR quanto o CFA são legitimados para a propositura de ADI.
- B) Tanto o CRA-PR quanto o CFA não são legitimados para a propositura de ADI.
- C) O CRA-PR não é legitimado, mas o CFA é legitimado para a propositura de ADI.
- D) O CRA-PR é legitimado, mas o CFA não é legitimado para a propositura de ADI.

Questão 12

Considere que determinada empresa descobriu processo produtivo relacionado à produção de dispositivo de processamento quântico. Sabe-se que inexistia lei que disponha expressamente sobre a fiscalização e a regulamentação da atividade de fabricação desse dispositivo específico. Nos termos da Constituição Federal de 1988 e do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o exercício dessa atividade profissional:

- A) É norma constitucional de eficácia plena, ressalvada a incidência de norma sobre atividade análoga que restrinja seu exercício.
- B) Depende de norma constitucional de eficácia limitada, dependendo de legislação infraconstitucional regulamentadora para ser exercida.
- C) É livre, conforme norma constitucional de aplicação imediata e eficácia contida, que pode ser restringida pela legislação infraconstitucional.
- D) É livre, conforme norma constitucional de aplicação imediata, cuja aplicação não pode ser restringida por legislação infraconstitucional posterior.

Questão 13

A assessoria jurídica de determinada entidade de classe de âmbito nacional foi instada a se manifestar sobre a possibilidade de impugnação da constitucionalidade de uma lei editada antes da vigência da Constituição Federal de 1988. Para tanto, é necessário verificar, dentro outros requisitos, a constitucionalidade:

- A) Material e formal perante a Constituição sob cuja regência foi editada.
- B) Material e formal perante a Constituição anterior e perante a atual ordem constitucional.
- C) Material perante a Constituição sob cuja regência foi editada, não importando a compatibilidade formal.
- D) Material perante a nova Constituição, mesmo que tenha sido declarada inconstitucional durante a vigência no ordenamento anterior.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Questão 14**

Determinado servidor público efetivo foi acusado de conduta incompatível com o exercício de suas funções. A Administração instaurou procedimento formal, designando Comissão responsável pela apuração dos fatos, assegurando ao investigado acesso aos autos, apresentação de defesa escrita e produção de provas. Ao final, após relatório conclusivo, a autoridade competente aplicou sanção de suspensão, com fundamento nas provas colhidas no curso do processo. Tendo em vista o caso hipotético, e, ainda, considerando o processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que:

- A) A aplicação de sanção disciplinar prescinde de processo formal quando houver confissão do servidor.
- B) A instauração do processo disciplinar depende de prévia decisão judicial reconhecendo indícios de autoria e materialidade.
- C) A Comissão Processante possui competência para aplicar diretamente a sanção disciplinar, desde que haja consenso entre seus membros.
- D) A observância do contraditório e da ampla defesa constitui requisito essencial de validade do procedimento, especialmente após a fase de instrução.

Questão 15

Considere que um servidor público efetivo foi aprovado em novo concurso para outro cargo na Administração Pública e, após tomar posse nesse novo cargo, teve declarado o encerramento do vínculo anterior. Em outra situação, um membro de carreira jurídica, após o período constitucional exigido, passou a exercer suas funções com garantia de permanência no cargo, admitindo-se a perda do cargo nas hipóteses previstas na Constituição, mediante decisão judicial. À luz da organização funcional da Administração Pública, as situações hipotéticas descritas relacionam-se, respectivamente, a:

- A) Provimento originário e estabilidade, sendo ambos institutos vinculados ao ingresso e à permanência em cargos públicos efetivos.
- B) Vacância por exoneração e estabilidade, sendo a primeira forma de ingresso em novo cargo e a segunda garantia aplicável a ocupantes de funções temporárias.
- C) Vacância por posse em outro cargo inacumulável e vitaliciedade, sendo a primeira forma de desocupação do cargo público e a segunda garantia constitucional de permanência em cargo específico.
- D) Provimento derivado e estabilidade, sendo a primeira hipótese de movimentação funcional entre cargos e a segunda garantia comum aos servidores efetivos que atendem aos requisitos constitucionais.

Questão 16

Em determinado julgamento histórico, certo tribunal superior analisou ação indenizatória proposta contra o Estado em razão de danos causados por agentes públicos no exercício de suas funções. Na fundamentação, consignou-se que a responsabilidade estatal não era automática, exigindo-se a verificação de culpa atribuível ao agente causador do dano. Contudo, o acórdão também destacou que, conforme a natureza da atuação estatal, a responsabilização poderia ser afastada quando o ato decorresse do exercício de prerrogativas típicas de autoridade, ao passo que, em outras situações, aproximadas da atuação privada, admitia-se a responsabilização mediante prova de falha individual do agente. A construção jurisprudencial descrita corresponde à fase da responsabilidade civil do Estado conhecida como teoria:

- A) Da responsabilidade objetiva, fundada na socialização dos riscos administrativos.
- B) Do risco integral, caracterizada pela irrelevância da culpa e pela ausência de excludentes de responsabilidade.
- C) Do risco administrativo, baseada na responsabilidade objetiva com possibilidade de excludentes de nexo causal.
- D) Da responsabilidade subjetiva, com distinção entre atos praticados no exercício de autoridade e atos de natureza gestonária.

Questão 17

Em determinado município, uma forte chuva provocou o desabamento de parte de um muro de contenção em área de encosta, atingindo residências próximas e causando danos materiais a diversos moradores. Relatos indicaram que o poder público municipal tinha ciência de risco estrutural na região há algum tempo, porém não adotou medidas preventivas ou de contenção, apesar de reiteradas solicitações da comunidade local. Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que a responsabilidade civil do Estado:

- A) Somente se configura quando houver atuação direta do Estado na produção do dano.
- B) Depende da comprovação de dolo do agente público responsável pela fiscalização da área de risco.
- C) É afastada, uma vez que eventos naturais caracterizam caso fortuito externo, rompendo o nexo de causalidade.
- D) Pode ser reconhecida, em razão da omissão específica do ente público diante de situação conhecida e do dever jurídico de agir para evitar o resultado danoso.

Questão 18

Considere que um Estado-membro editou lei estadual que restringiu determinada atividade econômica anteriormente permitida, impondo novas exigências regulatórias e custos adicionais de adequação. Empresas do setor, já regularmente instaladas e em operação, alegaram prejuízos decorrentes da alteração normativa e buscaram indenização com fundamento na responsabilidade civil do Estado. À luz da responsabilidade civil do Estado por atos legislativos, é correto afirmar que:

- A) O Estado responde por atos legislativos sempre que houver comprovação de dano econômico suportado pelos administrados.
- B) A edição de lei regularmente aprovada afasta a possibilidade de responsabilização do Estado, ainda que haja alegação de prejuízos decorrentes de sua aplicação.
- C) A responsabilidade civil do Estado por atos legislativos depende da demonstração de que a norma possui caráter individualizado e foi direcionada a um grupo específico de pessoas.
- D) A responsabilidade do Estado pode ser reconhecida quando a lei produz efeitos concretos, com impacto direcionado a situações individualizáveis e gerando prejuízos anormais aos administrados.

Questão 19

Em determinado órgão da Administração Pública estadual, foram estruturadas diferentes formas de vínculo funcional: I) atividades desempenhadas por servidores aprovados em concurso público e investidos em cargos regidos por estatuto próprio; II) atividades vinculadas à empresa pública estadual, com contratação regida pela Consolidação das Leis do Trabalho; e III) atividades exercidas por profissionais contratados por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. Considerando a organização funcional da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) As atividades descritas em I, II e III correspondem, respectivamente, a cargo público, emprego público e função pública temporária.
- B) As atividades descritas em I e III possuem natureza estatutária; e a atividade descrita em II se vincula a regime jurídico-administrativo especial.
- C) As atividades descritas em II e III não se inserem em estrutura funcional da Administração Pública, por se tratarem de vínculos externos à organização estatal.
- D) As atividades descritas em I e II correspondem a vínculos de natureza estatutária; e a atividade descrita em III possui natureza de vínculo administrativo temporário.

Questão 20

Determinado órgão estadual pretende contratar uma empresa para a execução de obra pública de grande porte, envolvendo engenharia especializada, com múltiplas etapas técnicas e necessidade de ampla participação de empresas do setor. O procedimento exige divulgação prévia, possibilidade de habilitação de interessados e julgamento baseado em critérios objetivos previamente estabelecidos no edital. À luz da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação adequada ao caso é:

- A) Leilão, considerando a possibilidade de disputa pública entre interessados para execução de obras e serviços.
- B) Concurso, pois envolve atividade de natureza predominantemente intelectual e seleção baseada em critérios técnicos.
- C) Pregão, em razão da necessidade de obtenção do menor preço e da ampliação da competitividade entre fornecedores.
- D) Concorrência, por se tratar de contratação de objeto de maior complexidade e ampla competitividade entre interessados.

Questão 21

Durante a execução de um contrato administrativo celebrado por uma autarquia estadual, o órgão de controle interno do próprio ente identificou indícios de superfaturamento e determinou a abertura de auditoria especial. Paralelamente, o Tribunal de Contas competente passou a acompanhar o caso e expediu determinação para que a autarquia suspendesse novos pagamentos relacionados ao contrato até a conclusão da apuração. Diante da repercussão do caso, terceiros interessados ajuizaram ação judicial visando à anulação do contrato. Considerando a classificação do controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) Há controle hierárquico exercido pelo Tribunal de Contas, em razão da possibilidade de expedição de determinações à Administração controlada.
- B) O controle judicial substitui os demais controles administrativos, razão pela qual a atuação do controle interno e do Tribunal de Contas deve ser suspensa.
- C) Estão presentes controle interno, controle externo e controle judicial – todos exercidos de forma concorrente e autônoma, sem relação de hierarquia entre si.
- D) Apenas o controle externo e o controle judicial estão corretamente configurados, uma vez que o controle interno não possui natureza fiscalizatória sobre contratos administrativos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 22**

O CRA-PR promoveu execução fiscal de anuidades contra uma sociedade empresária de administração que, intimada, não foi localizada e deixou de funcionar em seu domicílio fiscal sem comunicação aos órgãos competentes. A procuradoria pretende redirecionar a execução ao sócio-administrador e, em outra frente, busca atingir o patrimônio de empresa do mesmo grupo econômico, sob alegação de confusão patrimonial. Nesse contexto, sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), assinale a afirmativa correta.

- A) O IDPJ é incabível em qualquer execução fiscal, pois a Lei nº 6.830/1980 não o prevê expressamente.
- B) Instaurado o IDPJ, o processo não se suspende e o terceiro não tem direito a contraditório prévio, podendo defender-se apenas após eventual constrição de seus bens.
- C) O IDPJ é obrigatório em todas as hipóteses de responsabilização patrimonial, inclusive no redirecionamento da execução fiscal ao sócio administrador por dissolução irregular da sociedade.
- D) O IDPJ, em regra, suspende o processo e assegura o contraditório prévio do terceiro; contudo, o redirecionamento da execução fiscal ao sócio administrador fundado em dissolução irregular (responsabilidade do art. 135 do Código Tributário Nacional) prescinde do incidente, ao passo que a inclusão de empresa do grupo por confusão patrimonial (art. 50 do Código Civil) demanda sua instauração.

Questão 23

Após o trânsito em julgado de sentença que condenou o CRA-PR ao pagamento de quantia certa a um administrador, este iniciou o cumprimento de sentença para recebimento do crédito. Sobre o procedimento de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública (arts. 534 e 535 do Código de Processo Civil – CPC), aplicável à autarquia, assinale a afirmativa correta.

- A) O crédito será satisfeito mediante imediata penhora de valores em contas da autarquia, dispensado o precatório por se tratar de Conselho Profissional.
- B) Intimada, a autarquia tem quinze dias para pagamento voluntário e, não o fazendo, incidirá multa de dez por cento e penhora de bens, nos termos do art. 523, § 1º, do CPC.
- C) Não apresentada impugnação pela autarquia, não serão devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, ainda que a satisfação do crédito ocorra por Requisição de Pequeno Valor (RPV).
- D) A autarquia será intimada para impugnar a execução no prazo de trinta dias; não havendo impugnação ou, caso seja rejeitada, o pagamento dar-se-á por precatório ou, sendo obrigação de pequeno valor, por Requisição de Pequeno Valor (RPV), não se sujeitando seus bens à penhora.

Questão 24

Determinado administrador, em caráter antecedente, requereu tutela provisória de urgência satisfativa (antecipada) contra uma autarquia federal para suspender, de imediato, a exigibilidade de uma multa administrativa, formulando o pedido nos termos do art. 303 do Código de Processo Civil (CPC). O juiz deferiu a tutela. Sobre o instituto da estabilização da tutela antecipada em caráter antecedente (art. 304 do CPC), assinale a afirmativa correta.

- A) Uma vez estabilizada, a tutela antecipada em caráter antecedente faz coisa julgada material, impedindo qualquer rediscussão do mérito.
- B) A estabilização ocorre tanto na tutela de urgência antecipada em caráter antecedente quanto na tutela de evidência, desde que a parte contrária não se manifeste.
- C) A estabilização independe de qualquer providência da parte interessada e dispensa a propositura de ação autônoma para sua eventual revisão, podendo ser desconstituída a qualquer tempo por simples petição nos mesmos autos.
- D) A estabilização pressupõe que a tutela antecipada (satisfativa) tenha sido concedida em caráter antecedente e que não tenha sido interposto o respectivo recurso; estabilizada, o processo é extinto, podendo a decisão ser revista, reformada ou invalidada por ação própria no prazo de dois anos, sem que se forme coisa julgada.

Questão 25

Considere que determinado administrador teve seu registro profissional cancelado por ato do presidente do CRA-PR e, sustentando ilegalidade, pretende impetrar mandado de segurança. Sobre os aspectos processuais dessa impetração, assinale a afirmativa correta.

- A) Concedida a segurança, o impetrante terá direito a honorários sucumbenciais a serem pagos pela autarquia, dada a sucumbência no *writ*.
- B) Por se tratar de autarquia federal, a competência é da Justiça Estadual do domicílio do impetrante, e o prazo de cento e vinte dias é meramente recomendatório.
- C) O mandado de segurança deve ser impetrado contra o CRA-PR (pessoa jurídica), e não contra o presidente, sendo o prazo para impetração de natureza prescricional, sujeito à interrupção.
- D) A autoridade coatora é o presidente do CRA-PR; o prazo para impetração é de cento e vinte dias, de natureza decadencial; e o órgão de representação judicial da autarquia deve ser cientificado para, querendo, ingressar no feito. A competência é da Justiça Federal.

Questão 26

Considere que o CRA-PR foi citado, na qualidade de réu, em ação anulatória de sanção administrativa aplicada a um administrador, ajuizada na Justiça Federal. A procuradoria da autarquia precisa apresentar contestação. Em outro feito, o CRA-PR figura como embargado em execução fiscal por ele promovida, na qual o executado opôs embargos. Diante da situação hipotética narrada, sobre os prazos processuais aplicáveis à autarquia, assinale a afirmativa correta.

- A) O prazo em dobro do CRA-PR incide na interposição de recursos, não alcançando as demais manifestações processuais, como a contestação.
- B) O CRA-PR goza de prazo em dobro para suas manifestações processuais, contado em dias corridos, ainda que a lei estabeleça prazo próprio para o ente público.
- C) Por ser autarquia federal, o CRA-PR não goza de prazo em dobro, prerrogativa conferida às pessoas jurídicas de direito público de natureza política (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- D) O CRA-PR goza, em regra, de prazo em dobro para suas manifestações, contado em dias úteis; todavia, essa contagem em dobro não se aplica quando a lei fixar, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

Questão 27

O CRA-PR, após esgotado o procedimento administrativo de cobrança, inscreveu em dívida ativa o débito de anuidades de um administrador inadimplente domiciliado em Curitiba e ajuizou a respectiva execução. Inconformado, o executado sustenta, em exceção de pré-executividade, que a demanda foi proposta perante juízo absolutamente incompetente, pois a cobrança de débito de natureza tributária movida por Conselho Profissional deveria tramitar na Justiça Estadual, foro do domicílio do devedor. Diante da situação hipotética narrada, é correto afirmar que a competência para a causa é da:

- A) Justiça do Trabalho, visto que a relação entre o Conselho e o profissional fiscalizado decorre do exercício da profissão.
- B) Justiça Estadual, pois a anuidade tem natureza tributária e a Justiça Federal só processa execuções fiscais da União, não de suas autarquias.
- C) Justiça Federal apenas se a União figurar como litisconsorte ativa necessária, o que é exigível em toda execução fiscal de Conselho Profissional.
- D) Justiça Federal, porquanto o Conselho de Fiscalização Profissional ostenta natureza de autarquia federal, atraindo a regra do art. 109, I, da Constituição Federal, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Questão 28

Em ação de indenização movida por um administrador contra o CRA-PR, o juízo federal de primeira instância julgou o pedido procedente e condenou a autarquia ao pagamento de quantia certa e líquida equivalente a seiscentos salários mínimos. A autarquia foi intimada da sentença, mas, por equívoco interno, deixou de recorrer no prazo. Quanto ao reexame necessário (remessa necessária), é correto afirmar que a sentença:

- A) Não está sujeita à remessa necessária porque, tendo havido trânsito em julgado pela ausência de recurso voluntário, fica precluso o reexame de ofício.
- B) Está sujeita à remessa necessária, por se tratar de sentença proferida contra autarquia federal, sendo irrelevante, nesse regime, o valor da condenação.
- C) Não está sujeita à remessa necessária, pois a condenação líquida e certa é inferior ao piso de mil salários mínimos previsto para a União e suas autarquias e fundações de direito público.
- D) Está sujeita à remessa necessária, pois a dispensa do duplo grau obrigatório, na hipótese de condenação contra autarquia federal, pressupõe valor inferior a quinhentos salários mínimos.

Questão 29

Em ação ajuizada contra determinada autarquia federal, esta foi intimada de decisão interlocutória que indeferiu a produção de prova pericial e interpôs tempestivamente agravo de instrumento. Posteriormente, ainda na pendência do julgamento do agravo, a mesma decisão foi novamente impugnada por uma segunda petição de agravo, na qual a procuradoria pretendia “complementar” os fundamentos do recurso anterior. Sobre o fenômeno preclusivo incidente, assinale a afirmativa correta.

- A) Trata-se de preclusão lógica, pois a parte praticou ato incompatível com a vontade de recorrer.
- B) Trata-se de preclusão temporal, pois decorreu o prazo recursal entre a primeira e a segunda petição.
- C) Não há preclusão alguma, sendo lícito à parte aditar o recurso já interposto enquanto não julgado, por força do princípio da unirrecorribilidade.
- D) Trata-se de preclusão consumativa, pois, exercido validamente o direito de recorrer, exaure-se a faculdade processual, sendo inadmissível complementar ou renovar o mesmo recurso.

DIREITO DO TRABALHO**Questão 30**

No exercício da advocacia consultiva, o Procurador do CRA-PR é instado a opinar sobre a validade de cláusulas de instrumentos coletivos de trabalho, à luz dos arts. 611-A e 611-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Tema 1046 da repercussão geral, que admite a prevalência do negociado sobre o legislado, ressalvados os direitos absolutamente indisponíveis. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta cláusula válida, por versar sobre matéria passível de negociação coletiva.

- A) Cláusula que institui banco de horas anual, pactua plano de cargos, salários e funções e disciplina o regime de teletrabalho.
- B) Cláusula que suprime o terço constitucional de férias, mediante contrapartida de ampliação do intervalo intrajornada para duas horas.
- C) Cláusula que fixa, para a categoria, remuneração inferior ao salário-mínimo legal, mediante contrapartida de estabilidade temporária.
- D) Cláusula que reduz o valor dos depósitos mensais e da indenização rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante contrapartida de garantia provisória de emprego.

Questão 31

Mariana foi admitida pelo CRA-PR em março de 2019, mediante aprovação em concurso público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no emprego de assistente administrativo, contando com mais de três anos de efetivo exercício. Em 2024, após reestruturação interna, a diretoria pretende dispensá-la sem justa causa mediante aviso prévio e quitação das verbas rescisórias, sem instauração de procedimento administrativo. Considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A dispensa é válida, e, considerando que Mariana é empregada celetista, aplica-se a CLT, que autoriza a rescisão unilateral imotivada do contrato por iniciativa do empregador.
- B) Mariana não adquiriu estabilidade, pois a aquisição depende de aprovação em avaliação especial de desempenho por Comissão instituída para essa finalidade, que não se realizou no caso.
- C) A estabilidade do art. 41 da Constituição Federal de 1988 não alcança empregados celetistas; a dispensa de Mariana exige motivação formal do ato, dispensada a instauração de processo administrativo, no mesmo regime aplicável às empresas estatais.
- D) Mariana, admitida por concurso público em autarquia e com mais de três anos de efetivo exercício, é beneficiária da estabilidade do art. 41 da Constituição Federal de 1988; sua dispensa depende da configuração de uma das hipóteses constitucionais, apuradas em processo administrativo com ampla defesa.

Questão 32

O CRA-PR, entidade integrante do sistema de fiscalização do exercício profissional, pretende formar seu quadro permanente de pessoal. Nesse contexto, o recém-empossado Procurador é consultado sobre: a) a natureza jurídica da entidade; b) o regime jurídico aplicável aos seus trabalhadores; e c) as exigências para a contratação. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a afirmativa correta.

- A) Os Conselhos de Fiscalização Profissional possuem natureza autárquica e, por essa razão, seu pessoal submete-se ao regime estatutário da Lei nº 8.112/1990, com nomeação para cargo público de provimento efetivo.
- B) Os Conselhos de Fiscalização Profissional têm natureza autárquica; o regime jurídico de seu pessoal é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exigindo-se, contudo, prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- C) Os Conselhos de Fiscalização Profissional sujeitam-se ao regime celetista quanto aos empregados admitidos antes da Constituição Federal de 1988, incidindo sobre os admitidos posteriormente o regime estatutário, por força do art. 39 da Constituição.
- D) Por ostentarem natureza de pessoa jurídica de direito privado, os Conselhos de Fiscalização Profissional contratam seus empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo dispensável a prévia aprovação em concurso público.

Questão 33

Carlos, empregado celetista do CRA-PR, contratado em 2019, cumpre jornada de oito horas diárias, com direito a intervalo intrajornada de uma hora. Habitualmente, por necessidade do setor, usufrui trinta minutos de intervalo. Considerando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com as alterações da Lei nº 13.467/2017, é correto afirmar que:

- A) A concessão parcial do intervalo configura irregularidade administrativa, sujeitando o empregador a sanção, não sendo devido pagamento adicional ao empregado.
- B) Carlos faz jus ao pagamento de uma hora integral por dia de descumprimento, com acréscimo de cinquenta por cento, sendo a parcela de natureza salarial e integrando a remuneração para todos os efeitos.
- C) O intervalo intrajornada, por sua natureza de norma de saúde e segurança do trabalho, é insuscetível de concessão parcial; em consequência, é devido a Carlos o pagamento em dobro do período integral do intervalo.
- D) Carlos faz jus ao pagamento do período suprimido (trinta minutos por dia de descumprimento) com acréscimo de cinquenta por cento sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sendo a parcela de natureza indenizatória.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 34

Em regra, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Diante do exposto, analise os itens a seguir.

- I. Representações fiscais para fins penais.
- II. Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- III. Parcelamento ou moratória.
- IV. Renúncia de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.

São excetuadas do dever de sigilo, as situações indicadas em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 35

Sobre a Lei nº 6.830/1980 – Lei de Execução Fiscal (LEF), que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Nos processos regulados pela LEF, poderá ser dispensada a audiência de revisor no julgamento das apelações.
- () Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e respectivas autarquias, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- () O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem: I. União e suas autarquias; II. Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*; e III. Municípios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*.
- () Na penhora ou arresto de bens, os imóveis são preferidos aos títulos da dívida pública.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, F, V, V.
- D) F, F, F, F.

Questão 36

Apesar da isenção, não incidência, imunidade e anistia gerarem resultados práticos de não pagamento de tributos ou sanções por ilícitos tributários, esses institutos têm características próprias que os diferenciam. Houve recente mudança normativa através da qual templos de qualquer culto, ainda que sejam apenas locatários do bem imóvel, não deverão pagar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Nesse contexto, é correto afirmar que essa desoneração é uma:

- A) Anistia.
- B) Isenção.
- C) Imunidade.
- D) Não incidência.

Questão 37

A responsabilidade tributária é importante instituto para o adimplemento dos créditos tributários. Considerando as situações que podem ou não gerar a responsabilização tributária por sucessão, nos termos das normas gerais de direito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. Mévio adquiriu apartamento através de escritura pública de compra e venda devidamente registrada no cartório de registro de imóveis. Não houve registro de certidão negativa de débitos tributários relativos ao imóvel no ato. A prefeitura do município está cobrando contribuições de melhoria relativas ao imóvel, cujos fatos geradores são anteriores à aquisição da propriedade.
- II. Matilde adquiriu casa através de escritura pública de compra e venda devidamente registrada no cartório de registro de imóveis. Houve registro de certidão negativa de débitos tributários relativos ao imóvel no ato. A prefeitura do município está cobrando imposto relativo ao imóvel, cujos fatos geradores são anteriores à aquisição.
- III. Tício adquiriu apartamento em hasta pública, tendo registrado a respectiva carta de arrematação no registro de imóveis. Houve registro de certidão negativa de débitos tributários relativos ao imóvel no ato. A prefeitura do município da propriedade está cobrando imposto relativo ao imóvel, cujos fatos geradores são anteriores à aquisição.
- IV. Caio adquiriu casa em hasta pública, tendo registrado a respectiva carta de arrematação no registro de imóveis. Não houve registro de certidão negativa de débitos tributários relativos ao imóvel no ato. A prefeitura do município está cobrando taxas por prestação de serviços relativas ao imóvel, cujos fatos geradores são anteriores à aquisição da propriedade.

São considerados casos em que NÃO haverá responsabilidade tributária do sucessor o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

DIREITO CIVIL

Questão 38

Considere, hipoteticamente, que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), autarquia federal, ocupa imóvel comercial de propriedade de Benedito Alves, por meio de contrato de locação não residencial prorrogado por prazo indeterminado. O locador notificou a autarquia sobre a intenção de alienar o imóvel por R\$ 4.200.000,00, concedendo trinta dias para o exercício da preferência. A autarquia manifestou formalmente o interesse na compra. O locador, no entanto, vendeu o imóvel para Caio Lima por R\$ 3.980.000,00, sem notificar novamente a autarquia. O contrato de locação não estava averbado na matrícula do imóvel. Considerando as disposições da Lei nº 8.245/1991, acerca do direito de preferência do locatário em contratos de locação não residencial, assinale a alternativa que apresenta as consequências jurídicas da conduta do locador.

- A) O locatário, em razão da violação ao direito de preferência, poderá pleitear a adjudicação do imóvel em face do adquirente Caio Lima, pois a alienação por valor inferior ao ofertado caracteriza preterição ilegal do direito de preferência e autoriza a transmissão compulsória da propriedade ao locatário.
- B) O locatário, devido à falta de averbação da locação na matrícula imobiliária, perde a prerrogativa de exigir a adjudicação compulsória do bem perante o adquirente, submetendo a sua pretensão indenizatória por perdas e danos ao prazo decadencial de seis meses previsto na legislação especial de locações.
- C) O locatário preterido em seu direito de preferência por alienação do imóvel a terceiro por preço inferior ao notificado, sem nova comunicação ao locatário, tem direito a perdas e danos em face do locador, carecendo do direito de adjudicação compulsória do imóvel em face do adquirente, ante a ausência de averbação do contrato de locação na matrícula imobiliária.
- D) A alienação realizada por valor inferior ao ofertado ao locatário não configura violação ao direito de preferência, pois o locador tem a faculdade de renegociar o preço com terceiros adquirentes após o transcurso do prazo de trinta dias concedido ao locatário para manifestação, sendo válida a alienação efetivada, cabendo ao locatário, no máximo, requerer revisão judicial do contrato de compra e venda celebrado entre locador e adquirente.

Questão 39

Considere, hipoteticamente, que o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), autarquia federal, possuía um contrato de prestação de serviços com a empresa Construtora Alfa Ltda. Durante a execução, um servidor público lotado na unidade, sem qualquer competência ou delegação formal de poderes pela autoridade competente para tanto, firmou, em nome da autarquia, um negócio jurídico de aditamento para ampliação do objeto. Ao tomar conhecimento do fato, a presidência da autarquia instaurou sindicância administrativa e submeteu a questão à Procuradoria Jurídica para análise da validade e da eficácia do ato celebrado sob a ótica das normas gerais do direito privado. Considerando as disposições do Código Civil acerca dos defeitos, da validade e da eficácia do negócio jurídico, bem como o instituto da representação, e a consequência jurídica aplicável, é correto afirmar que o aditamento em referência é:

- A) Anulável, uma vez que o servidor agiu com excesso de poderes, cabendo à autarquia, no prazo decadencial de quatro anos, pleitear a anulação do negócio jurídico perante o Poder Judiciário, sendo possível a ratificação ulterior pelo representante legítimo.
- B) Nulo, pois o vício de representação sem poderes configura hipótese de nulidade absoluta prevista no art. 166 do Código Civil, insuscetível de confirmação ou ratificação, devendo ser declarada de ofício pelo juiz quando do conhecimento da demanda.
- C) Ineficaz, em relação à autarquia, tendo em vista que o servidor atuou sem poderes de representação, configurando a figura do *falsus procurator*, podendo, todavia, ser ratificado pela autoridade competente, com eficácia retroativa à data de sua celebração.
- D) Válido, em face da autarquia, porquanto a teoria da aparência impõe o reconhecimento da validade dos atos praticados por servidor público no exercício de suas funções, sendo vedado à Administração Pública alegar a ausência de poderes para invalidar negócio jurídico a que ela própria deu causa por omissão na fiscalização de seus agentes.

Questão 40

Duas empresas privadas – DataSoft S.A. e InfoSys Ltda. – celebraram contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação com uma instituição privada contratante (credora), assumindo solidariamente a obrigação de entregar e manter um sistema de gestão. No curso da execução contratual, a DataSoft S.A. teve sua insolvência e falência decretadas judicialmente. A InfoSys Ltda., por sua vez, comunicou formalmente à credora que não possuía capacidade técnica para concluir o objeto contratual isoladamente, requerendo a redução do escopo e o aumento do prazo. Considerando, exclusivamente, as regras do Código Civil aplicáveis à solidariedade passiva e à insolvência/falência de codevedor, assinale a afirmativa correta.

- A) A insolvência superveniente da DataSoft S.A. acarreta a extinção da obrigação solidária em relação à InfoSys Ltda., a qual passa a responder perante a credora tão somente pela sua quota-parte na obrigação, ficando a credora obrigada a renegociar os termos do contrato com a devedora remanescente.
- B) A credora pode exigir da InfoSys Ltda. o cumprimento integral da obrigação, respondendo esta pela totalidade da dívida; contudo, a quota-parte correspondente à DataSoft S.A. recairá definitivamente sobre a InfoSys Ltda., ficando esta expressamente vedada de exercer direito de regresso contra a massa falida.
- C) A comunicação formal da InfoSys Ltda. acerca de sua incapacidade técnica constitui causa excludente de responsabilidade civil por caso fortuito, desonerando-a do cumprimento integral da prestação, de modo que a credora deverá exigir a execução do contrato diretamente dos sócios da DataSoft S.A.
- D) A credora pode exigir da InfoSys Ltda. o cumprimento integral da obrigação, visto que a solidariedade passiva não se extingue pela insolvência de um dos devedores, devendo a cota da insolvente ser suportada pela codevedora solvente, nos termos do art. 284 do Código Civil, resguardado o direito de regresso desta contra a massa da devedora insolvente pelo que pagar além de sua quota-parte.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Questão 41

Fabiana, analista jurídica do Conselho Regional de Administração do Estado Psi (CRA-Psi), atua na assessoria jurídica do setor de suprimentos em procedimentos administrativos destinados à análise de viabilidade da concessão de suprimento de fundos para custeio de despesas de pequeno vulto e natureza urgente, que não se subordinam ao procedimento ordinário de realização da despesa pública. No curso da instrução, verifica-se que o servidor indicado para a responsabilidade pela guarda, aplicação e posterior prestação de contas dos recursos já figura como responsável por dois adiantamentos anteriores, ambos ainda pendentes de análise conclusiva quanto à regularidade da prestação de contas. Paralelamente, suscita-se controvérsia quanto à necessidade de prévio empenho da despesa, diante da alegada excepcionalidade da despesa e da impossibilidade de submissão ao rito ordinário de execução orçamentária. Diante desse cenário hipotético, o setor técnico solicita manifestação jurídica acerca da compatibilidade da operação pretendida com o regime jurídico do suprimento de fundos. Considerando as disposições normativas da Lei nº 4.320/1964, é correto afirmar que:

- A) A entrega de numerário a título de suprimento de fundos pode ser dispensada de prévio empenho orçamentário quando demonstrada a urgência da despesa e sua incompatibilidade com o procedimento ordinário de execução da despesa pública, sendo o controle realizado no momento da prestação de contas.
- B) A concessão de suprimento de fundos é admitida quando a despesa não se enquadrar no procedimento ordinário de liquidação, sendo possível a manutenção simultânea de múltiplos adiantamentos pelo mesmo servidor, desde que relativos a finalidades distintas e devidamente justificadas pela Administração.
- C) A existência de adiantamentos anteriores em fase de prestação de contas permite a concessão de novo suprimento de fundos ao mesmo servidor, caso a despesa já tenha sido empenhada e liquidada, por se tratar de procedimento autônomo de execução da despesa que não possa se subordinar ao processo normal de aplicação.
- D) A concessão de suprimento de fundos pressupõe, obrigatoriamente, a prévia emissão de nota de empenho à conta de dotação orçamentária própria, sendo vedada sua concessão a servidor que já seja responsável por dois adiantamentos, ainda que pendentes apenas de prestação de contas, em observância ao regime de controle e responsabilidade previsto em lei.

Questão 42

Durante o encerramento do exercício financeiro, a diretoria financeira do Conselho Regional de Administração do Estado Ômega (CRA-Ômega) instaurou procedimento de revisão dos créditos inadimplidos da autarquia, envolvendo anuidades de profissionais registrados, multas administrativas regularmente constituídas e valores decorrentes de contratos administrativos inadimplidos. Após a conferência documental e a análise jurídica, concluiu-se que diversos créditos já se encontravam vencidos, líquidos e certos, tendo sido encaminhados para inscrição em Dívida Ativa com vistas ao posterior ajuizamento das respectivas execuções fiscais. Na reunião de fechamento contábil, surgiram divergências entre o setor jurídico e o setor de contabilidade. Diante da controvérsia, o Departamento Jurídico foi instado a emitir parecer conclusivo sobre o tratamento jurídico-contábil aplicável aos créditos inscritos. À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale, a seguir, a alternativa que apresenta a orientação juridicamente correta.

- A) A inscrição em Dívida Ativa constitui fato contábil suficiente para o reconhecimento da correspondente receita orçamentária, pois o crédito se encontra líquido, certo e exigível.
- B) Os créditos inscritos em Dívida Ativa submetem-se ao regime de competência para fins orçamentários, razão pela qual devem ser contabilizados como receita do exercício em que se tornarem exigíveis.
- C) Os créditos regularmente inscritos em Dívida Ativa produzem efeitos patrimoniais e financeiros imediatos, de modo a incrementar, para fins de execução orçamentária, a disponibilidade financeira da entidade.
- D) A inscrição em Dívida Ativa formaliza o crédito exigível e permite sua cobrança administrativa e judicial, mas a receita orçamentária correspondente deve ser escriturada no exercício em que ocorrer a efetiva arrecadação.

LEGISLAÇÃO DO CRA-PR E DO CFA**Questão 43**

No exercício de suas atribuições regimentais relativas ao controle do estatuto jurídico dos membros do colegiado do CRA-PR, o analista jurídico deve analisar detidamente as situações de vacância, impedimentos, licenças e perda de mandato dos integrantes do Plenário. Tomando por base as regras expressas no Regimento Interno a respeito do regime aplicável aos Conselheiros Regionais, assinale a afirmativa correta.

- A) O afastamento por motivo de licença a pedido do Conselheiro regional efetivo deve ocorrer por prazo determinado, estabelecendo a norma interna o limite máximo equivalente à terça parte do tempo total fixado para o mandato.
- B) A aplicação da perda de mandato motivada por condenação em processo ético-disciplinar da qual resulte a inabilitação profissional do Conselheiro depende de prévia aprovação por maioria absoluta do Plenário do Conselho Regional.
- C) A verificação de desatendimento à obrigação anual de comprovar a regularidade cadastral perante a autarquia gera a destituição imediata do Conselheiro por ato do presidente, prescindindo de apreciação ou votação por parte do Plenário.
- D) O Conselheiro suplente, quando formalmente convocado para substituir o titular em decorrência de licença, assume os deveres e direitos inerentes à atuação corporativa, subsistindo o impedimento de exercer funções na Diretoria Executiva ao longo do período de substituição.

Questão 44

No que concerne às regras estabelecidas exclusivamente no Decreto nº 61.934/1967, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A exigência de assinatura do profissional devidamente registrado em documentos de sua competência técnica deixa de ser obrigatória quando se tratar de documentos oficiais firmados no exercício de cargo público.
- () A Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho Regional possui validade como documento oficial e tem fé pública em todo o território nacional.
- () A responsabilidade administrativa e financeira de cada Conselho Regional compete, de forma solidária, a todos os Conselheiros efetivos que integram o Plenário.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) F, F, V.

Questão 45

Considere que o analista jurídico Daniel está revisando um processo ético-disciplinar no qual a Comissão Processante sugeriu a aplicação da penalidade de censura pública a um registrado que cometeu a infração de assinar pareceres e relatórios técnicos elaborados por terceiros sem a devida orientação ou supervisão do titular do registro. Diante das regras do Código de Ética e Disciplina, ao analisar a legalidade da dosimetria proposta, a orientação correta a ser emitida pelo analista Daniel é de que:

- A) A dosimetria proposta pela Comissão Técnica está correta, pois o órgão julgador possui discricionariedade para escolher qual das sanções previstas no catálogo geral deve ser aplicada, avaliando os reflexos do caso concreto.
- B) A conduta identificada atrai a incidência direta da penalidade de suspensão do exercício profissional, cabendo ao analista rever a sanção sugerida pela Comissão Técnica para zelar pelo prestígio e pela dignidade da ciência da Administração.
- C) O processo deve ser suspenso para que o profissional seja submetido a uma medida alternativa de ajustamento de conduta, uma vez que as infrações que envolvem a assinatura de trabalhos técnicos de terceiros admitem a conversão automática da penalidade em censura interna.
- D) A proposta de aplicação de censura pública é juridicamente inviável, haja vista que o estatuto ético-disciplinar estabelece um regime de vinculação, determinando que a infração decorrente de assinatura de documentos elaborados por terceiros sem supervisão enseja a imposição da penalidade de advertência escrita e reservada.

Questão 46

O Presidente do CRA-PR ordenou a instauração de processo ético-disciplinar para apurar a conduta do administrador Luvanor, sócio de uma proeminente empresa de consultoria organizacional. Restou devidamente comprovado nos autos que Luvanor, no exercício de sua atividade profissional, utilizou, intencionalmente, artifícios enganosos e fraudulentos com o objetivo de induzir tomadores de serviço a erro e, com isso, obter vantagem indevida em contratos de prestação de assistência técnica. Diante do quadro fático apurado e, ainda, considerando as normas relativas às infrações disciplinares em espécie e aos critérios de fixação e gradação das penas contidas no Código de Ética e Disciplina, assinale a afirmativa correta.

- A) O comportamento caracteriza hipótese típica de concorrência desleal corporativa, atraindo de forma direta a imposição da penalidade de censura pública pelo Plenário da autarquia.
- B) A conduta é enquadrada como infração leve sujeita à aplicação da sanção de advertência escrita e reservada, pois o normativo vincula o uso de artifícios ao campo das falhas de urbanidade profissional.
- C) O uso de artifícios enganosos para auferir vantagem na atividade de consultoria consubstancia infração de natureza civil, carecendo de previsão descritiva no catálogo de infrações disciplinares do Código de Ética.
- D) A conduta configura infração disciplinar ético-profissional que comina a aplicação da sanção de suspensão do exercício profissional, tendo em vista o seu enquadramento legal no bloco de faltas ligadas ao uso de artifícios fraudulentos.

Questão 47

No CRA-PR, uma Comissão de modernização institucional foi estruturada para conduzir a reorganização de rotinas e o planejamento estratégico da autarquia. Taylor, na condição de Diretor de Fiscalização e Registro, concluiu a minuta das diretrizes de fiscalização de campo para o próximo período. Paralelamente, Fayol, atuando no âmbito da Diretoria Executiva, e Weber, prestando assessoramento em face das competências do Plenário, deram início aos estudos para a revisão estrutural e a instituição do novo Plano de Cargos e Salários (PCS) destinado aos colaboradores da entidade. Diante dessa situação hipotética e, ainda, em conformidade com as regras de competências e atribuições funcionais e colegiadas estabelecidas no Regimento Interno do CRA-PR, assinale a afirmativa correta.

- A) O Plano Anual de Fiscalização deve ser elaborado pelo Plenário, analisado pelo Diretor de Fiscalização e Registro e encaminhado para a aprovação da Diretoria Executiva; outrossim, o Plano de Cargos e Salários dos empregados do quadro de pessoal deve ser aprovado pelo Plenário e homologado pela Diretoria Executiva.
- B) O Plano Anual de Fiscalização deve ser elaborado pelo Diretor de Fiscalização e Registro, analisado pela Diretoria Executiva e encaminhado para aprovação do Plenário; ademais, o plano de cargos e salários dos empregados do quadro de pessoal deve ser aprovado pela Diretoria Executiva e homologado pelo Plenário.
- C) O Plano Anual de Fiscalização deve ser elaborado pelo Diretor de Fiscalização, aprovado pela Diretoria Executiva e encaminhado para homologação da Diretoria de Registro; no que se refere ao Plano de Cargos e Salários dos empregados do quadro de pessoal, sua aprovação compete ao Plenário, restando à Diretoria Executiva a atribuição de homologá-lo.
- D) A elaboração do Plano Anual de Fiscalização compete à Diretoria Executiva, cabendo ao Diretor de Fiscalização e Registro analisar a matéria antes de enviá-la para a aprovação definitiva do Plenário; quanto ao Plano de Cargos e Salários dos empregados do quadro de pessoal, sua aprovação e homologação competem integralmente à própria Diretoria Executiva.

Questão 48

O Plenário do CRA-PR, na condição de órgão colegiado de deliberação superior, é dotado de um rol expresso de competências administrativas, normativas e julgadoras destinadas a assegurar o cumprimento das finalidades institucionais da autarquia. Considerando as atribuições fixadas para o referido órgão colegiado no regimento interno, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No que concerne ao controle das atividades dos órgãos internos, compete ao Plenário deliberar sobre a homologação das decisões adotadas pela Diretoria Executiva na hipótese de tais atos transbordarem a esfera de atribuições daquele órgão de direção.
- B) No âmbito do contencioso fiscal e tributário da autarquia, cumpre ao Plenário processar, julgar e decidir, em primeira instância administrativa, os feitos vinculados à cobrança administrativa, operando o colegiado como juízo originário nesses procedimentos.
- C) Na seara de governança e gestão das estruturas descentralizadas, cabe ao Plenário a eleição do representante de subseção e do representante institucional, estabelecendo a norma regulamentar o impedimento de que membros do próprio Plenário exerçam as referidas funções.
- D) No tocante às relações institucionais externas, insere-se na competência do Plenário a indicação de profissionais da área da Administração que estejam no pleno gozo de seus direitos para a participação em órgãos de natureza consultiva de entidades da Administração Pública ou de organizações privadas.

Questão 49

No exercício de suas atribuições de assessoramento processual, o analista jurídico do CRA-PR deve zelar pela fiel observância do rito procedimental das deliberações plenárias, o que inclui as diretrizes que governam os pedidos de vista de processos em julgamento. Acerca das disposições regimentais sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O pedido de vista deve ser formulado verbalmente pelo Conselheiro interessado após a conclusão do relato em Plenário, operando-se a entrega formal imediata dos autos ao requerente durante o curso da discussão da matéria em apreciação.
- II. A restituição dos autos pelo Conselheiro que solicitou vista exige a apresentação formal de relatório e voto devidamente fundamentados, sob pena de se consumir o fenômeno processual da preclusão.
- III. O Conselheiro que atuou de forma ativa na análise e na instrução de determinada matéria no âmbito de uma Comissão da autarquia permanece legitimado a formular pedido de vista desse mesmo processo quando de sua apreciação perante o Plenário.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 50

Durante a condução de uma sessão de julgamento do Plenário do CRA-PR, cujos ritos processuais encontram-se dispostos no Regimento Interno, o Conselheiro Fulano requereu, verbalmente, regime de urgência para a tramitação de determinado processo de fiscalização, sem fundamentação para subsidiar o pleito. Na mesma sessão, constatou-se que o Conselheiro Beltrano reteve um dos processos distribuídos para seu parecer por mais de uma sessão sem oferecer justificativa aceita pelo Plenário, enquanto um terceiro feito, que havia sido objeto de regular pedido de vista pelo Conselheiro Sicrano, não foi devolvido no prazo regulamentar por falta de relatório e voto. Diante desse cenário hipotético e, ainda, com base nas regras regimentais, assinale a afirmativa correta.

- A) A retenção do feito pelo Conselheiro Beltrano acarreta o arquivamento definitivo do processo por inércia funcional.
- B) O requerimento formulado pelo Conselheiro Fulano deve ser acolhido pela presidência, pois a concessão de regime de urgência ou preferência para determinado feito constitui prerrogativa do cargo.
- C) A retenção temporária de autos pelo Conselheiro Beltrano ampara-se no princípio da autonomia relatorial, de modo que a dilação temporal para a entrega de seu parecer prescinde de apresentação de motivos ao presidente ou de aprovação pelo Plenário.
- D) Diante da conduta do Conselheiro Sicrano, que deixou de restituir os autos sob vista no prazo regulamentar sem que houvesse justificativa acolhida, a matéria será deliberada pelo órgão colegiado tomando por base o relatório e o voto ofertados na plenária original.

ATENÇÃO

NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de um parecer jurídico, que será avaliado em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de trinta linhas e máxima de sessenta linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	15 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

O município de Alfa instaurou procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para registro de preços destinado à aquisição de *kits* escolares que seriam distribuídos aos alunos da rede municipal de ensino. O edital previu que todos os itens que compõem o *kit* deveriam ser fornecidos por uma única empresa, justificando a opção pelo lote único em razão da economia de escala, da padronização dos materiais, da redução dos custos administrativos de fiscalização e da maior eficiência na logística de entrega. Além disso, visando evitar propostas consideradas inexequíveis, o edital estabeleceu cláusula exigindo que os licitantes apresentassem taxa mínima de administração correspondente a 2% do valor da contratação, sob pena de desclassificação. Uma associação de fornecedores impugnou o edital administrativamente, sustentando que a contratação em lote único restringiria a competitividade e que a fixação de percentual mínimo de taxa de administração violaria a legislação de regência. O prefeito municipal encaminhou os autos à Procuradoria para emissão de parecer jurídico

Na qualidade de analista jurídico do município, elabore minuta de parecer jurídico destinada ao prefeito municipal, à luz da legislação pertinente e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), examinando, necessariamente:

- A) A legalidade da estruturação do objeto licitatório em lote único;
- B) Os limites do controle jurisdicional sobre a definição do objeto da licitação; e
- C) A legalidade da cláusula editalícia que estabelece percentual mínimo de taxa de administração.

Observações adicionais:

- 1. Ao elaborar o parecer, inclua cabeçalho com seus elementos identificadores essenciais (Órgão, número do parecer, consultante e assunto);
- 2. Dispense ementa e relatório;
- 3. Não insira fatos novos;
- 4. Inclua tópico final com as conclusões do parecer; e
- 5. Não inclua elementos de identificação pessoal.

Não será exigida a indicação precisa do número do dispositivo constitucional ou do precedente jurisprudencial, desde que o candidato exponha corretamente o respectivo conteúdo normativo ou entendimento jurisprudencial aplicável ao caso.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



